

PLENÁRIO ABSOLVE RENAN

Por 40 votos contra 35 e 6 abstenções, senadores rejeitam pedido de cassação do presidente do Senado por quebra de decoro parlamentar; oposição discute possibilidade de obstruir votações; Renan defende retomada do trabalho legislativo

Passaram-se quase quatro meses desde que o PSOL entrou com representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar. O partido baseou-se em denúncia da revista *Veja* de que Renan teve parte de suas despesas pessoais pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior. Há mais duas representações tramitando no Conselho de

Ética e uma terceira aguardando decisão da Mesa. O vice-presidente do Senado, Tião Viana, observou que “a vida democrática respeita a decisão da maioria” e reconheceu que o caso não foi encerrado: o sofrimento e a agonia da instituição “são grandes e continuarão”. O presidente do PSDB, Tasso Jereissati, afirmou acreditar que os ânimos entre governo e oposição vão se acirrar, pois

“toda a movimentação para salvar o mandato de Renan foi feita pelo PT”. A líder do PT, Ideli Salvatti, disse que o resultado mostrou divisão total da Casa, das bancadas e dos partidos. O líder do PSOL, José Nery, concluiu que “a decisão envergonha o Brasil”. Renan Calheiros divulgou nota convidando os líderes dos partidos a dialogarem em torno da retomada dos trabalhos do Senado. **Páginas 2 a 8**



Tumulto precede o início da sessão: munidos de liminar do STF, deputados reagem à tentativa de seguranças de impedir que entrem no Plenário



Encerrada a votação, Renan deixa o Senado sem fazer declarações; em nota, prega o entendimento e o diálogo



Tião Viana anuncia o resultado da votação, exibido no painel eletrônico do Plenário: todos os 81 senadores comparecem, mas seis optam pela abstenção

Presidente do Senado quer entendimento para retomar "agenda legislativa que de fato interessa à população"

Em nota, Renan propõe diálogo aos líderes partidários

O presidente do Senado, Renan Calheiros, emitiu nota à imprensa na noite de ontem em que convida os líderes dos partidos com representação na Casa a dialogarem em torno da retomada dos trabalhos do Senado. Renan afirma, na nota, que não guarda "mágoa nem ressentimento" em razão do processo que propôs a perda do seu mandato.

"O resultado da votação de hoje [ontem] é uma vitória da democracia, mas é também o momento de refletir sobre as perdas que esse processo político provocou", diz Renan no documento. Embora tenha mencionado "eventuais injustiças e excessos inerentes ao processo democrático", o presidente do Senado prega a confiança e o fortalecimento das instituições. Para ele, "esse processo se encerra com a reafirmação do mútuo respeito e da serenidade que sempre caracterizaram a convivência política nesta Casa".

A nota foi divulgada pela assessoria de Renan por volta das 19h. O presidente do Senado deixou a Casa logo depois da votação do projeto de resolução propondo a cassação do seu mandato. A princípio, ele iria rezar na Igreja São Judas Tadeu, localizada na quadra 908 Sul de Brasília, onde era esperado para a missa das 18h30, mas decidiu ir ao encontro de sua família. Segundo a assessoria, Renan proibiu a realização

de comemorações por ter sido absolvido no processo movido pelo PSOL.

Veja a íntegra da nota:

"O resultado da votação de hoje é uma vitória da democracia, mas é também o momento de refletir sobre as perdas que esse processo político provocou.

Nesses mais de 100 dias, muitos de nós perdemos algo. Eu perdi mais. Abri mão de momentos de convivência com minha família e com os amigos.

Mas confirmamos que, mesmo com eventuais injustiças e excessos inerentes ao processo democrático, é preciso acreditar nas instituições, fortalecê-las e não perder a confiança de que a verdade sempre prevalecerá.

Não guardo mágoa, nem ressentimentos. O único sentimento que me move é o do entendimento e do diálogo. Esse processo se encerra com a reafirmação do mútuo respeito e da serenidade que sempre caracterizaram a convivência política nesta Casa.

A partir da decisão madura e soberana do Plenário do Senado, já comeci a procurar os líderes e presidentes de partidos para prosseguirmos na agenda legislativa que de fato interessa ao país, à população.

Não tenham dúvidas. Saberei corresponder aos anseios da instituição e aproximá-la cada vez mais da sociedade brasileira."

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão deliberativa às 14h

Às 14h, os senadores retomam a discussão de projetos que trancam a pauta do Plenário. Entre eles está o que dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições do ensino superior, de educação profissional e do ensino médio.



CDH debate projeto sobre discriminação sexual

A partir das 9h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate em audiência pública proposta que torna crime a discriminação de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero (PLC 122/06). Entre

os convidados para a reunião estão representantes das religiões católica, evangélica e espírita; o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal; e a presidente do Grupo de Pais de Homossexuais, Edith Modesto.

Tecnologias para evitar acidentes nos aeroportos de pista curta

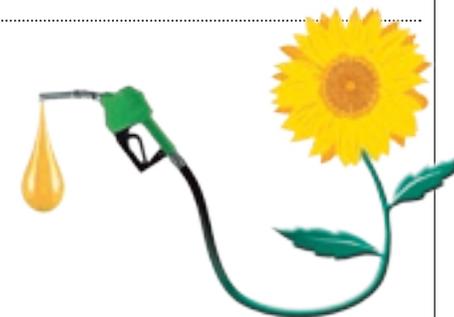
A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se às 9h para debater tecnologias que podem vir a ser aplicadas para deter as aeronaves em risco de acidentes nos aeroportos de pista curta. Estão convidados para a

reunião, entre outros, o diretor técnico do Sindicato das Empresas Aeroaviárias, Ronaldo Jenkins, e o tenente-coronel-aviador Geraldo Curcio Neto, do Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial.

Produção nacional de biodiesel em pauta

A Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), realizará, às 10h, audiência pública para avaliar a produção nacional de biodiesel. Entre os convidados estão a

presidente da Associação das Indústrias de Biodiesel do Brasil (Abiodiesel), Nivaldo Trama; e o diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa.



Serviços e tabela do SUS são tema de audiência pública

Às 10h, a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), reúne-se para debater idéias, opiniões, estudos e, principalmente, a atuação do Senado no

financiamento de ações e serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Será discutida a remuneração por procedimentos médicos e fornecimento de próteses e materiais especiais pelo SUS.

No mesmo horário, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) realiza audiência pública com o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito. Ele irá prestar esclarecimentos sobre o orçamento da Força Aérea.

CDR analisa recursos orçamentários para o turismo

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa, às 11h, os recursos orçamentários destinados à execução do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) neste ano

e a previsão do orçamento para o setor em 2008. Estão convidados representantes do Ministério do Turismo, do Fórum de Secretários e Dirigentes de Turismo dos estados e do Banco do Nordeste.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão extraordinária de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Tião Viana

Pela primeira vez na história da instituição, um presidente do Senado Federal foi julgado por quebra de decoro parlamentar

Plenário absolve Renan por 40 votos a 35 e 6 abstenções

Numa sessão histórica, cercada de tensão e tumulto, com brigas, socos e até uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a presença de deputados no Plenário do Senado, os senadores absolveram – por 40 votos a favor da manutenção do mandato, 35 votos pela perda e 6 abstenções – o presidente da instituição, Renan Calheiros (PMDB-AL), da acusação de quebra de decoro. O resultado garante o mandato do parlamentar.

Pela primeira vez na história do Senado, um presidente da Casa é julgado pelo Plenário por quebra de decoro parlamentar. Para ser aprovado, o projeto de resolução que decretava a perda de mandato de Renan – que foi votado em sessão secreta – precisava do voto favorável da maioria absoluta dos 81 senadores, ou seja, pelo menos 41 parlamentares.

A decisão de ontem do Plenário foi o julgamento do primeiro dos três processos a que Renan respondia no Conselho de Ética do Senado por quebra de decoro parlamentar. Esse processo, encaminhado ao conselho pelo PSOL, teve sua origem em denúncias da revista *Veja*. Conforme a publicação, o senador alagoano tinha parte de suas despesas particulares pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior.

Mesmo com a rejeição do projeto de resolução e a conseqüente manutenção do mandato parlamentar de Renan Calheiros, os demais processos continuam tramitando no Conselho de Ética.

Logo no início da manhã, por volta das 9h, o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que presidiu a sessão extraordinária, foi surpreendido por uma liminar do ministro do STF Ricardo Lewandowski permitindo a presença de 13 deputados na sessão secreta, sob a argumentação de que tal medida se justificava já que Renan não é apenas presidente do Senado, mas também da Mesa do Congresso.

Tião Viana anunciou à imprensa que faria um pedido de reconsideração ao magistrado do STF e que poderia até transferir a sessão para a tarde, à espera da resposta, mas voltou atrás e resolveu iniciar a sessão no horário marcado, mesmo sem obter o resultado do mandado de segurança impetrado



Painel eletrônico mostra o resultado da votação favorável ao presidente do Senado, anunciado às 17h30 por Tião Viana, que presidiu os trabalhos

pela manhã. Já eram quase 16h quando os ministros do Supremo decidiram, por 6 votos a 4, manter a decisão de permitir a participação dos 13 deputados na sessão, considerando, assim, prejudicado o recurso do Senado.

Tumulto

Pouco antes de a sessão ser iniciada, houve confusão à porta de acesso ao Plenário: uma discussão envolvendo os deputados Raul Jungmann (PPS-PE) e Fernando Gabeira (PV-RJ) com seguranças do Senado, que não tinham autorização para deixar os parlamentares entrarem. Houve troca de socos e o próprio Tião Viana, que foi abrir caminho para os deputados, acabou atingido por Gabeira, que depois se desculpou.

A sessão, que se iniciou pública e com transmissão pela TV Senado, foi aberta às 11h24. Viana leu a

liminar do STF e alegou que nada tinha contra a presença dos deputados, mas ainda aguardava resposta do pedido de reconsideração feito ao tribunal.

– É uma reconsideração com o propósito fundamental de assegurar proteção legal, já que eu não tenho qualquer poder punitivo so-

bre um deputado federal; ou seja, se um deputado quebrar regras e fizer uma transmissão ao vivo, por gravador ou celular – explicou.

Vários senadores pediram a palavra para condenar o tumulto que envolveu os deputados; defender a reforma e a modernização do Regimento Interno da Casa, com o objetivo de acabar com as sessões e votações secretas no Senado; e ainda comentar a decisão do Supremo de permitir a entrada de deputados.

Às 12h06, a sessão passou a ser secreta. Tião Viana anunciou que somente poderiam permanecer no Plenário os senadores; a ex-senadora e presidente do PSOL, Heloísa Helena; o advogado de Renan, Eduardo Ferrão; os 13 deputados; a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, e um auxiliar dela; e um operador do sistema de votação eletrônica.

Durante o tempo em que a sessão permaneceu secreta, jornalistas e assessores parlamentares ocuparam os corredores e galerias próximas ao Plenário. No gramado em frente ao Congresso, o PSOL realizou uma manifestação com queima de fogos contra a sessão secreta e a votação fechada.

Eram 17h30 quando Tião Viana abriu a sessão para comunicar o resultado da votação.

Processo é o primeiro de três que tramitam no Conselho de Ética

Esse foi o primeiro dos três processos a que Renan Calheiros responde por quebra de decoro parlamentar, todos com base em denúncias publicadas pela revista *Veja*. Segundo o periódico, o senador tinha parte de suas despesas particulares pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior. A revista se referiu especificamente a uma pensão alimentícia mensal de R\$ 12 mil paga à jornalista Mônica Veloso, com quem o senador tem uma filha de três anos.

Como o valor da pensão ultrapassava os rendimentos de um parlamentar, Renan Calheiros apresentou, em sua defesa, uma série de notas fiscais e extratos bancários que, segundo ele, comprovavam rendimentos externos com operações pecuárias em suas fazendas.

A pedido do Conselho de Ética, a Polícia Federal realizou uma perícia na vida contábil do senador e comprovou a autenticidade de todos os documentos. No entanto, os peritos afirmaram que não era possível determinar que a pensão alimentícia era

efetivamente paga com recursos próprios, devido a uma série de “incongruências” que alegaram ter encontrado em relação a datas de saques e depósitos na conta de Renan Calheiros e da jornalista, bem como à comprovação de algumas transações comerciais relativas à venda de gado de propriedade do senador.

Não foi unânime a votação no Conselho de Ética que aprovou o relatório de Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES), que concluíram pela quebra de decoro parlamentar. O placar ficou em 11 votos a 4, e havia dois votos em separado – de Almeida Lima (PMDB-SE) e Wellington Salgado (PMDB-MG) – que defendiam a inocência do presidente do Senado e o arquivamento do processo. Esses votos, no entanto, só seriam apreciados caso fosse rejeitado o primeiro parecer.

Com a decisão de ontem do Plenário pela rejeição do projeto de resolução, os demais processos contra o senador continuarão a tramitar normalmente no Conselho de Ética.

Policiais do Senado tentam barrar 13 parlamentares; tumulto na porta do Plenário antecede reunião secreta em que foi decidido mandato de Renan

Deputados presenciam sessão com autorização do Supremo

Um tumulto envolvendo deputados federais e agentes da Polícia do Senado, na porta do Plenário, foi registrado pouco antes de ter início a sessão extraordinária destinada a votar projeto de resolução que objetivava decretar a perda do mandato do presidente do Senado, Renan Calheiros. Os deputados tentavam entrar em Plenário depois que lhes foi autorizada a presença pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), em liminar.

Inicialmente, agentes da Polícia do Senado fecharam a passagem dos deputados, que estavam no meio de jornalistas. Tião Viana (PT-AC) justificou a ação dos seguranças como tentativa de organização da entrada. Na confusão, Viana, que foi abrir caminho para os deputados, foi atingido por Fernando Gabeira (PV-RJ).

– Mas ele já me deu um beijo e pediu desculpas – disse Viana.

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que, se as equipes de segurança do Senado tentaram barrar a entrada dos deputados, deviam estar cumprindo orienta-

ção da Mesa da Casa e, portanto, não poderiam ser punidas.

A liminar permitindo que 13 deputados, de sete partidos, pudessem ter acesso ao Plenário do Senado para presenciar a sessão fora concedida pelo STF na madrugada de ontem. “Não vejo como dar guarida à proibição da presença dos deputados na sessão deliberativa em que se discutirá a perda do mandato do presidente do colegiado maior do qual fazem parte”, justificou Lewandowski.

Em seguida, um mandado de segurança foi impetrado pela Advocacia Geral do Senado, em nome da Mesa, com o intuito de derrubar essa liminar. O ministro Lewandowski decidiu, então, submeter sua decisão ao referendo de todos os ministros da Corte, que mantiveram a autorização.

O ministro do STF Marco Aurélio Mello disse que o Senado “extrapolou” o previsto na Constituição (votação secreta em casos de pedido de cassação de mandato) ao incluir em seu Regimento Interno que também a sessão deve ser secreta.

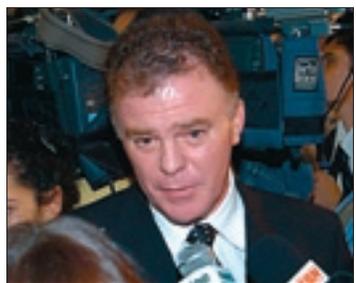


Conflito envolve deputados que receberam liminar do STF e seguranças do Senado que tentaram impedir sua entrada no Plenário

Casagrande lamenta violência na porta do Plenário

O tumulto ocorrido entre os agentes de segurança do Senado e deputados federais foi “decorrência de uma anomalia institucional” causada pelo Regimento Interno da Casa, de acordo com Renato Casagrande (PSB-ES).

Segundo o senador, por uma questão regimental, a única decisão possível em relação a essa sessão era torná-la secreta. Casagrande disse que o ocorrido prova “concretamente” a necessidade de alteração e adequação do regimento. Casagrande destacou ainda que a Câmara já prevê sessão aberta, mesmo que com votação secreta, e que, por isso, considera que aquela Casa está “mais avançada que o Senado”.



Casagrande: violência decorre de “anomalia” causada pelo regimento

Papaléo: seguranças apenas cumpriram determinação

Na opinião de Papaléo Paes (PSDB-AP), os seguranças do Senado envolvidos no tumulto estavam cumprindo rigorosamente a determinação da Mesa de permitir apenas a entrada de senadores no Plenário. Segundo o senador, foram os deputados que causaram “a bagunça”, ao forçarem a entrada no Plenário.

– Repudio qualquer ação contrária aos seguranças. Temos que apoiá-los porque eles estavam cumprindo determinação. Se alguém tem que ser punido é o presidente da Casa, que deu ordens para serem executadas com todo o rigor. Por isso, não aceito qualquer punição contra os seguranças – salientou.



Papaléo Paes defende agentes da Polícia do Senado envolvidos em tumulto

Para Agripino, conflito causou indignação ao país

O país inteiro, de acordo com José Agripino (DEM-RN), “sentiu-se indignado” ao assistir ao conflito entre deputados e agentes da Polícia do Senado. Para o senador, o confronto “diminuirá ainda mais o crédito do povo brasileiro em relação ao Congresso”.

Agripino destacou que os deputados Raul Jungmann (PPS-PE) e Fernando Gabeira (PV-RJ) apenas queriam participar da sessão – já que Renan Calheiros preside o Congresso Nacional, integrado também pelos deputados – e tinham autorização do Supremo Tribunal Federal para isso.

– Se a sessão fosse aberta, nenhum desconforto entre a Câmara e o Senado teria acontecido.

O senador afirmou que há um projeto em tramitação determinando que os processos de cassação sejam discutidos e votados de forma aberta. Ele espera que o incidente “sirva de estímulo para que avancemos rapidamente com esse projeto”. Na ocasião, Tião Viana disse que o que ocorreu foi um “mal-entendido”, e não houve intenção nem dos deputados nem dos seguranças de se agredirem.

Malta classifica liminar do STF como “intromissão”

A decisão do Supremo Tribunal Federal, de conceder liminar autorizando 13 deputados a acompanharem a sessão secreta do Senado destinada a apreciar o pedido de cassação do mandato de Renan Calheiros, foi classificada como “uma intromissão” por Magno Malta (PR-ES).

– Entendo que a decisão do STF não causa saúde e nem bem-estar para o bom relacionamento entre os três Poderes da República.

O senador, que é o 4º secretário da Mesa, afastou qualquer possibilidade de punição dos seguranças do Senado envolvidos em tumulto com deputados, porque, conforme observou, “eles estavam apenas cumprindo ordens”.



Malta diz que decisão do Supremo causa mal-estar a relacionamento entre Poderes

Deputados só queriam aparecer, diz Wellington

Os deputados que impetraram mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para assistir à sessão secreta queriam apenas “aparecer”, afirmou Wellington Salgado (PMDB-MG). Segundo o senador, a presença dos deputados colocou em risco o sigilo da sessão.

Wellington disse que o grupo que ingressou com o mandado de segurança no Supremo é composto de deputados conhecidos como “multimídia”, por estarem “sempre tentando um espaço nos veículos de comunicação”.

Ao comentar a liminar do STF a favor dos deputados, Wellington afirmou que “foi uma decisão um pouco temerosa”.



Wellington considera que decisão do STF colocou em risco o sigilo da sessão

J. Freitas

Leopoldo Silva

Mércia Kalume

Moreira Mariz

José Cruz

Denúncias sobre compra de rádio em nome de terceiros e aquisição de fábrica de refrigerantes pela Schincariol são objeto de duas representações em exame

Absolvido, senador enfrenta mais dois processos

Absolvido no processo em que era acusado de ter dívidas pessoais pagas por funcionário de uma empreiteira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, deixou o Plenário recebendo abraços de parlamentares e servidores de seu gabinete. Mas a crise que se iniciou há quatro meses ainda não está no fim: ele responde a mais dois processos por suposta quebra de decoro parlamentar.

Um deles investiga, a partir de representação do PSOL, supostas relações do senador com a cervejaria Schincariol. O outro processo, iniciado a pedido do Democratas e do PSDB, visa esclarecer a participação de Renan na compra de duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas, em suposta parceria com o usineiro e político João Lyra.

De acordo com a revista *Veja*, Renan teria intercedido a favor da Schincariol no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no sentido de impedir a execução de dívidas da cervejaria, e na Receita Federal, que havia multado a empresa por sonegação de impostos. Em troca, a Schincariol teria pagado R\$ 27 milhões por uma fábrica de refrigerantes de um irmão de Renan, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL). Na matéria, *Veja* afirma que a fábrica estava prestes a fechar e não valia mais do que R\$ 10 milhões.

O relator desse processo no

Conselho de Ética é o senador João Pedro (PT-AM) – veja matéria nesta página.

Operações

Na outra denúncia já transformada em processo, *Veja* afirma que o senador por Alagoas adquiriu veículos de comunicação por meio de “laranjas” – portanto, a operação não teria sido informada à Receita Federal. Embora o presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), ainda não tenha escolhido o relator para esse processo, o corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), já fez uma viagem a Alagoas para ouvir Lyra, que confirmou as denúncias.

Uma quarta representação contra Renan foi protocolada pelo PSOL na semana passada e aguarda decisão da Mesa do Senado sobre seu eventual encaminhamento ao Conselho de Ética. De acordo com as denúncias publicadas pelas revistas *Veja* e *Época*, o presidente do Senado e o lobista Luiz Garcia Coelho teriam montado um esquema para desviar recursos de ministérios controlados pelo PMDB.

O esquema de desvio de recursos públicos foi denunciado pelo advogado Bruno Miranda Brito Lins, que foi casado com Flávia Garcia Coelho, filha de Luiz Carlos e funcionária do gabinete de Renan.



Ao chegar ao Plenário, Renan Calheiros cumprimentou vários senadores, entre eles Francisco Dornelles (E) e Mão Santa

Se o mandato e os direitos políticos de Renan Calheiros tivessem sido cassados ontem, tanto os dois processos que o parlamentar enfrenta no Conselho de Ética como a quarta representação seriam automaticamente arquivados, por perda de objeto. Com a absolvição do senador, no entanto, esses processos continuam tramitando normalmente.

Quatro meses

A decisão de ontem no Plenário é o desfecho de um processo que durou quatro meses, quando a revista *Veja* publicou a primeira

denúncia: Renan teria parte de suas despesas pessoais pagas por um funcionário da Construtora Mendes Júnior. Desde então, ele tem se dedicado a convencer os senadores de que os ilícitos a ele atribuídos consistiam numa questão exclusiva de vara de família e não numa crise político-institucional capaz de abalar a imagem do Senado. Na defesa que fez ontem em Plenário, voltou a dizer que a crise era artificial, fabricada pela imprensa.

Antes da sessão secreta, ele enviou a cada um dos 80 sena-

dores um memorial resumindo o processo a que estava submetido. O memorial foi redigido por ele mesmo, com a ajuda do seu advogado, Eduardo Ferrão.

Em sua chegada ao Senado, Renan enfrentou uma multidão de repórteres, mas manteve-se em silêncio. Seguiu para o elevador que leva ao Plenário, em companhia de Romeu Tuma (DEM-SP). Em Plenário, apertou a mão de senadores e funcionários, sentando-se depois na primeira fila, para aguardar o início dos trabalhos.

Agripino cobra indicação de relator para denúncia sobre compra de rádios

Na avaliação do líder do DEM, José Agripino (RN), os senadores do partido fizeram a sua parte na sessão secreta em que foi votado o projeto de resolução que decretava a perda do mandato de Renan Calheiros. Insatisfeito com o resultado da votação, que garantiu a absolvição de Renan, Agripino adiantou que, já hoje, irá cobrar do presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha, a designação do relator da representação em que Renan é acusado de comprar emissoras de rádio em Alagoas em nome de terceiros.

– Há um depoimento importante a ser colhido de imediato, que é do



Agripino: usineiro está disposto a uma acareação

ex-deputado João Lyra [teria sido sócio de Renan no suposto negócio], que está disposto, inclusive, a fazer uma acareação – assinalou.

Em relação à retomada do processo de votações, o líder democrata observou que o Senado precisará mostrar ao Brasil que “o incômodo que está vivendo” não irá implicar o bloqueio a votação de matérias importantes.

– É preciso fazer a compatibilização entre o interesse coletivo e a demonstração do incômodo daqueles que votaram pela cassação, daqueles que estão incomodados com a postura de Renan. A forma de mostrar isso ao Brasil é dosando o processo de votação – afirmou.

Quintanilha espera que não seja solicitada investigação externa

O presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), disse em entrevista à TV Senado esperar que o próximo relator de representação contra Renan Calheiros, sobre o uso de terceiros na compra de veículos de comunicação, não peça investigação externa.

Para ele, houve demora no exame da primeira representação (da qual Renan foi absolvido ontem) porque o colegiado solicitou o apoio da Polícia Federal no exame de documentos apresentados por Renan.

– Espero que o próprio relator, o qual vou escolher em breve, possa ele mesmo fazer as investigações para emitir seu parecer – ressaltou Quintanilha.



Leomar Quintanilha quer apuração a cargo do próprio relator

João Pedro anuncia para terça relatório sobre cervejaria

O senador João Pedro (PT-AM), relator da segunda representação do PSOL contra o senador Renan Calheiros no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, informou que deverá apresentar seu relatório na terça-feira. João Pedro disse ter combinado com o presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), uma reunião para essa data.

Para João Pedro, a absolvição de Renan pelo Plenário do Senado não tem nenhuma relação com a representação sob sua responsabilidade.

– Cada representação tem um juízo, uma justificativa – afirmou o relator, que se disse “tranquilo e focado no objeto da representação”, uma transação envolvendo a cervejaria Schincariol.

O fim de sessões fechadas e votações secretas é a principal mudança sugerida pelos parlamentares, que pedem a modernização das regras regimentais

Senadores defendem reforma do regimento da Casa

A reforma do Regimento Interno do Senado foi defendida ontem por diversos senadores, que falaram na abertura da sessão plenária, antes que os trabalhos passassem a ser fechados. As mudanças seriam destinadas a modernizar as regras vigentes, especialmente em relação a decisões sobre pedidos de perda de mandato, de forma a torná-las mais transparentes e ágeis. O senador Aloizio Mercadante lembrou que a bancada de seu partido apresentou, no

início desta legislatura, proposta de emenda à Constituição para acabar com o voto secreto no Senado. A reforma das normas regimentais também foi defendida por Arthur Virgílio, Alvaro

Dias e José Nery. No mesmo sentido, Marcelo Crivella, Cristovam Buarque e Jarbas Vasconcelos condenaram a realização de sessão fechada para decidir sobre o pedido de cassação do mandato de Renan Calheiros

(PMDB-AL). Para evitar uma “lacuna vergonhosa” na história do país, Cristovam chegou a pedir à Mesa que a sessão fosse gravada, mesmo que a gravação precisasse ficar guardada “por 20 anos”. Por impedimento regimental, a sessão não pôde ser gravada.



Paim é autor da proposta que será tema de audiência pública na CDH

Comissão deve debater projeto que acaba com o voto secreto

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) deve votar hoje requerimento para realização de audiência pública com o objetivo de discutir a Proposta de Emenda à Constituição 50/05,

de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que acaba com o voto secreto em todas as instâncias do Congresso Nacional. A reunião da CDH está marcada para as 9h.



MARCELO CRIVELLA

Gerardo Magela

Mudanças para maior eficiência e agilidade

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu em discurso no Plenário a necessidade de um estudo aprofundado sobre a constitucionalidade do Regimento Interno do Senado.

De acordo com o parlamentar, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de autorizar a entrada de deputados na sessão secreta realizada ontem pelo Senado pode ser considerada uma “interferência indevida”. O fato, ressaltou o senador pelo Paraná, demonstra a fragilidade do Regimento Interno da Casa.

Em seu pronunciamento, Alvaro sugeriu que a Consultoria Jurídica do Senado seja incumbida de realizar um estudo sobre o regimento da Casa, de forma a identificar seus problemas e fragilidades, além de propor uma reforma completa para modernizá-lo e torná-lo mais eficiente e ágil.



ALVARO DIAS

J. Freitas



JOSÉ NERY

Leopoldo Silva

“Sessão secreta foi um grave erro do Senado”

A decisão sobre a realização de sessão secreta – e não aberta – para votar o projeto de resolução que pedia a perda de mandato do presidente do Senado, Renan Calheiros, foi um grave erro da Casa, afirmou ontem o senador José Nery (PSOL-PA). Conforme observou, a condução de todo o processo contra Renan de forma pública contrasta com o fato de a sessão destinada a decidir sobre sua cassação ter sido fechada e secreta.

O senador chegou a solicitar a Tião Viana e às lideranças partidárias um acordo para votar, em regime de urgência, projeto de decreto legislativo apresentado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Delcídio Amaral (PT-MS) estabelecendo sessão aberta para esses casos. Tal decisão, sugeriu José Nery, corrigiria o equívoco cometido pelo Senado.

Tião Viana esclareceu, entretanto, que seria impossível apreciar tal matéria, pois a sessão foi convocada com o único objetivo de votar o projeto de resolução propondo a cassação de Renan.

Gravação para evitar “crime contra a história”

Antes de ser tornada secreta a sessão plenária de ontem, Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu que os trabalhos fossem gravados. O parlamentar afirmou que “o povo inteiro percebe que é um absurdo o voto ser secreto e a sessão, sigilosa”, mas disse que não discutiria o tema por se tratar de determinação do Regimento Interno. No entanto, Cristovam pediu que a sessão fosse gravada, para que não houvesse, no futuro, “uma lacuna vergonhosa” para o país.

Na opinião do senador, “mesmo que se guarde por 20 anos”, a gravação serviria para evitar “um crime contra a História do Brasil”. Na presidência da sessão, Tião Viana informou que não era possível atender ao pedido de Cristovam. “Se houver gravação da sessão, o processo legal estará sendo comprometido”, disse Viana.



CRISTOVAM BUARQUE

Jane Araújo



JARBAS VASCONCELOS

Márcia Kallume

Episódio com o Judiciário deve servir de experiência

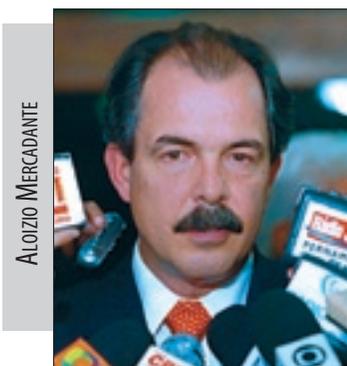
O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu uma reforma profunda no Regimento Interno do Senado, o qual qualificou de antigo, inadequado e obsoleto, por não permitir que a sessão plenária destinada a decidir sobre perda de mandato seja aberta. As afirmações do senador foram feitas na primeira parte da sessão plenária de ontem.

Jarbas Vasconcelos considerou que o Senado vive momento inusitado, porque julga, por quebra de decoro, um presidente que está no exercício do cargo.

– Vivemos momentos de agonia e isso deve servir de experiência para todos nós. Deve haver uma reforma profunda do regimento, pois este episódio, ocorrido entre o Legislativo e o Judiciário, é por conta desse regimento antigo, obsoleto e inadequado – afirmou Jarbas.

O parlamentar referia-se à decisão do Supremo Tribunal Federal, que deferiu pedido de liminar em mandado de segurança impetrado por deputados federais, autorizados a participar da sessão.

Mercadante e Arthur Virgílio defendem sessões e votações abertas, relatores do processo analisam resultado do Plenário e Valter Pereira aponta falha no relatório



ALOIZIO MERCADANTE

Lei deve ser mudada para permitir voto e sessões abertas

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu ontem, em discurso no Plenário, que todo e qualquer voto no Legislativo seja aberto, bem como as sessões plenárias.

Em pronunciamento realizado na sessão destinada a decidir o processo de cassação do presidente da Casa, Renan Calheiros, o senador lamentou que essa legislação não tenha sido modificada e que os votos ainda sejam secretos, bem como a sessão plenária para decidir sobre decretação de perda de mandato.

Mercadante disse, contudo, que o processo legal precisou ser preservado, devido às regras do Regimento Interno do Senado e da Constituição e, por esse motivo, não poderiam ser acatadas as solicitações dos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) em relação a mudanças no regimento ainda nesta votação.

De acordo com Mercadante, no início da legislatura, a bancada do PT apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) para acabar com o voto secreto. Ele salientou que o senador Paulo Paim (PT-RS) reapresentou uma PEC nesse sentido.

– O eleitor deve saber o que acontece, e é lamentável as sessões serem secretas. Temos que dar transparência absoluta às votações. Isso aprimora o processo democrático. Espero que este momento nos leve a uma reflexão efetiva sobre o assunto – frisou Mercadante.

Senado moderno e um Conselho de Ética com regimento

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que a Casa tem de se modernizar em certos procedimentos. Ele defendeu, daqui para a frente, a realização de sessões e votações abertas. O parlamentar disse ainda que o PSDB está apresentando projeto de resolução e proposta de emenda à Constituição nesse sentido.

De acordo com Arthur Virgílio, o impasse que surgiu com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de autorizar a entrada de 13 deputados federais na sessão secreta comprova que o Senado precisa se atualizar e o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve ter seu próprio regimento interno, como na Câmara dos Deputados. O regimento do Conselho de Ética dessa Casa determina o voto aberto nas deliberações sobre quebra de decoro parlamentar.

– No Senado, nós funcionamos como uma certa sociedade secreta daquelas universidades americanas: com todas as razões para nós entendermos que este não é o processo mais democrático – analisou.

O parlamentar acredita que toda crise “pode trazer luz” e disse esperar que esse seja o efeito no Senado Federal: que a crise envolvendo o presidente Renan Calheiros traga modernização ao processo legislativo da Casa. Arthur Virgílio destacou ainda não acreditar que um senador vote de um jeito em sessão aberta e de outro em sessão fechada.



ARTHUR VIRGÍLIO

Crise enfraquece a todos, dizem relatores que pediram a cassação

Renato Casagrande (PSB-ES), um dos autores do parecer que recomendou a perda do mandato do presidente do Senado, lamentou a decisão de absolver Renan Calheiros da acusação de quebra de decoro parlamentar.

– É uma pena. Temos que reconhecer que o Plenário é soberano, mas, ao que parece, é uma soberania arrogante, que não considera a vontade da população. O Senado, hoje, deu uma demonstração clara dessa desconexão e sai enfraquecido – observou.

Para Casagrande, o relatório aprovado no Conselho de Ética, elaborado por ele e pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e convertido no projeto de resolução examinado ontem pelo Plenário, é um documento técnico, bem embasado, e que reflete essa vontade popular.

No relatório acolhido no colegiado na última semana, em votação aberta, por 11 votos a 4, Casagrande e Marisa Serrano afirmam que Renan teria exposto o Senado perante a opinião pública quando se valeu do funcionário de uma empreiteira, com acesso a verbas públicas, para pagar pensão à filha que teve com a jornalista Mônica Veloso.

O documento concluiu que o presidente do Senado mentiu ao afirmar que teria arcado com a



Plenário não considerou a vontade da população, avalia Renato Casagrande

pensão alimentícia com recursos próprios, advindos de sua renda como parlamentar e de operações agropecuárias. De acordo com os documentos apresentados, periciados pela Polícia Federal, o senador não teria capacidade financeira para fazer frente às suas despesas pessoais.

Casagrande frisou que “a crise não acabou”.

– Há outras representações tramitando contra Renan. Ao absolvê-lo nesse primeiro processo, o Senado tomou a decisão de alongar a crise, o que só vai enfraquecer ainda mais a instituição – disse.

Dever cumprido

Integrante da comissão composta por três senadores que relataram o processo aprovado



Marisa Serrano diz ter feito “um trabalho sério” e o que a sua consciência mandou

no Conselho de Ética que pediu a perda do mandato de Renan Calheiros, a senadora Marisa Serrano afirmou estar com a sensação do dever cumprido, mesmo tendo sido derrotado no Plenário o parecer pedindo a cassação do senador. Ela disse ter feito “um trabalho sério” e o que sua consciência mandou.

Marisa Serrano reafirmou sua convicção de que o decoro parlamentar foi quebrado pelo presidente do Senado e opinou que Renan, mesmo com a vitória, saiu enfraquecido do episódio.

– Vai depender de muita costura política para que ele volte a comandar esta Casa com autoridade – avaliou, ao dizer não acreditar que, após a vitória, Renan vá renunciar.

Almeida Lima considera justa absolvição de Renan

O senador Almeida Lima (PMDB-SE), um dos relatores do processo contra Renan Calheiros no Conselho de Ética, considerou justa a decisão do Plenário, que rejeitou ontem o projeto de resolução (PRS 53/07) que recomendava a perda do mandato do presidente do Senado por quebra de decoro.

Para Almeida Lima, o Legislativo e, especialmente, o Senado, a partir de agora, poderá voltar a trabalhar nas questões

importantes para o país. Ele aconselhou Renan a procurar as lideranças para estabelecer uma pauta produtiva. Almeida Lima disse esperar que a Casa não passe novamente outros 120 dias envolvida com temas distintos de sua função primordial.

– O presidente foi absolvido, ratificado, não quebrou o decoro parlamentar. Isso legitima Renan Calheiros no exercício do mandato de presidente do Senado – afirmou.



Almeida Lima: decisão legítima Renan no exercício do mandato de presidente

Valter Pereira menciona falta de provas materiais

Para Valter Pereira (PMDB-MS), a falta de provas materiais no relatório de Marisa Serrano e Renato Casagrande pode ter pesado no resultado favorável ao senador Renan Calheiros, com 40 votos pela sua absolvição.

O senador ainda citou a manifestação de Francisco Dornelles (PP-RJ), durante a sessão secreta, quando o parlamentar teria defendido Renan argumentando que os próprios relatores teriam admitido a fragilidade das provas.

Valter Pereira afirmou ter fundamentado seu voto no aspecto ético, conforme ponderações feitas pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), embora considere que nem o relatório pela cassação nem o voto em separado do relator Almeida

Lima tenham fundamentado a doutrina ética devidamente.

– Pode até não ter provas materiais contra o senador Renan Calheiros, mas a aproximação dele com Gontijo por si só já configura falta de comportamento ético – observou ele.

Vice-presidente do Senado lembra que ainda há dois processos contra Renan no Conselho de Ética e uma nova representação protocolada

Viana: “Decisão pode desagradar, mas é democrática”

Ao analisar o resultado da votação, favorável ao presidente da Casa, do projeto de resolução que objetivava decretar a perda do mandato do senador Renan Calheiros, o vice-presidente do Senado, Tião Viana, afirmou que “a vida democrática respeita a decisão da maioria”. Viana presidiu a sessão secreta em que foi votado o projeto de resolução.

– O senador Renan continua no exercício do seu mandato. Isso deve desagradar muito e deve causar tristeza à sociedade brasileira, mas esse é o preço da



Viana diz que o sofrimento e a agonia da instituição “são grandes e continuarão”

democracia – assinalou.

Para Tião Viana, entretanto, o caso não foi encerrado com a votação de

ontem e o sofrimento e a agonia da instituição “são grandes e continuarão”.

Neste momento, em sua opinião, será necessária altivez dos integrantes da Casa para se evitar a paralisação dos trabalhos e tentar estabelecer com urgência o diálogo entre os partidos até a conclusão dos outros processos contra o senador alagoano.

– Vamos ver a reação que a oposição vai ter, pois os partidos têm poder de observação muito forte.

Existem ainda outros dois processos contra Renan Calheiros tramitando no Conselho de Ética: um sobre o caso Schincariol e outro sobre a aquisição de veículos de comunicação pelo senador, utilizando-se de terceiros.

Há mais uma representação protocolada, mas que não foi ainda aceita pela Mesa, baseada em acusação feita pelo advogado Bruno de Miranda Lins de que teria transportado dinheiro a ser distribuído para parlamentares do PMDB, entre eles Renan e Romero Jucá. O senador João

Pedro (PT-AM), relator do caso Schincariol, deve apresentar seu relatório nos próximos dias.

Sessão tensa

Tião Viana explicou que a sessão foi tensa, “com momentos de debate intenso, de confrontos e entendimentos, de julgamento moral e político, e até com insinuações sobre a necessidade de responsabilização de ordem penal”. Pelo menos 28 senadores fizeram uso da palavra, lembrou.

Ele assegurou não ter havido interferência do governo na decisão de absolvição

de Renan Calheiros:

– Não vi qualquer ação a favor ou contra o senador Renan. Percebi que o governo agiu com isenção e respeitou a decisão majoritária do Senado – afirmou.

O vice-presidente do Senado negou ainda que o PT tenha sido decisivo para absolver o parlamentar de Alagoas, “afinal o partido só tem doze senadores e não poderia ter assegurado maioria”. O que importa, disse Viana, é que os senadores “debateram com ampla liberdade de pensamento e votaram de acordo com sua consciência”.

Tasso Jereissati



Surpresa com grande número de abstenções

“A princípio, acho que o resultado dessa votação vai acirrar os ânimos entre governo e oposição e emperrar a pauta de votações, pois ficou muito claro que toda a movimentação de hoje para salvar o mandato de Renan foi feita pelo PT”, avaliou Tasso Jereissati (PSDB-CE). O senador disse ter ficado surpreso com o grande número de votos pela abstenção.

– O resultado não foi o esperado. Faltou voto. Essa não era uma questão de oposição contra governo, era uma questão da Casa. Infelizmente nem todos os partidos, principalmente o PT, tiveram essa mesma consciência. Vai ser difícil para o Senado voltar à normalidade. Nós, políticos, vivemos da opinião pública, temos obrigação de ouvi-la. Enquanto a opinião pública não sossegar, nós também não ficaremos em paz – destacou.

José Nery



País esperava outra decisão, mas vamos continuar lutando

A absolvição de Renan Calheiros pelo Plenário da Casa foi lamentada José Nery (PSOL-PA).

– O dia de hoje deu um mau exemplo para o Brasil. O país inteiro esperava outra decisão. Essa decisão envergonha o Brasil – avaliou.

No entanto, o parlamentar afirmou que “há razões de sobra para continuar lutando”, tendo em vista que existem outras representações no Conselho de Ética. Para Nery, o fato de Renan ter sido absolvido de uma acusação não enfraquece o julgamento futuro das outras denúncias.

Para a ex-senadora Heloísa Helena, que defendeu em Plenário a posição do PSOL, autor da denúncia contra Renan, “milhões de mulheres e homens de bem espalhados pelo Brasil, que ensinam aos filhos que é proibido roubar, ficam infelizes e constrangidos com um resultado covarde como esse”.

Jefferson Péres



Sociedade não pode desanimar com resultado

Jefferson Péres (PDT-AM) sustentou que, independentemente do resultado da votação, Renan Calheiros não tem mais condições de comandar o Senado. “Ele vai ter um cargo meramente decorativo”, afirmou.

O senador disse acreditar que, caso a votação no Plenário fosse aberta, os seis senadores que se abstiveram teriam votado pela aprovação do projeto de resolução do Conselho de Ética que decretava a perda do mandato de Renan.

Jefferson Péres mandou um recado à sociedade para que “não desanime diante de um resultado adverso”. O parlamentar considerou que o fato de haver em andamento mais dois processos contra Renan e uma representação ainda não aceita pela Mesa, que pode vir a se transformar em processo, é uma demonstração de que “a crise continua”.

Ideli Salvatti



Decisão da Casa é soberana e deve ser respeitada

A líder do Partido dos Trabalhadores (PT) e da base do governo no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou que a decisão do Plenário de manter o mandato de Renan Calheiros “é soberana e deve ser respeitada”. A senadora ressaltou que o resultado da votação – 35 votos pela perda do mandato, 40 contrários e 6 abstenções – indica que o Senado está bastante dividido.

– O resultado mostrou uma divisão total da Casa, uma divisão total das bancadas e uma divisão total dos partidos – observou.

Ideli não quis revelar seu voto, sob o argumento de que ele é secreto e foi proferido em uma sessão também secreta. Mas disse esperar que o Congresso aprove agora emenda do senador Paulo Paim (PT-RS) que põe fim ao voto secreto em todos os escrutínios do Parlamento.

Romero Jucá



Renan terá papel decisivo junto às lideranças

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu a reconstrução das condições de trabalho na Casa. Para Jucá, apesar de os senadores de todos os partidos terem diante de si esse desafio, Renan desempenhará o papel decisivo na articulação entre as lideranças.

– A partir desse resultado, o desafio para todos os partidos e para os parlamentares é reconstruir as condições de trabalho no Senado. Temos que acreditar na política, procurar a convergência e construir alternativas.

Em seu discurso, segundo Jucá, Renan Calheiros manifestou interesse em reconstruir entendimento e parceria com a oposição para que o Senado volte a aprovar projetos importantes. O líder afirmou ainda que o governo não procurou interferir no resultado da votação.

Eduardo Suplicy



PT não pode ser responsabilizado por resultado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou não ser possível responsabilizar qualquer partido pela rejeição do projeto de resolução que recomendava a perda do mandato do presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar. Assim, rechaçou a acusação de que os votos de petistas teriam favorecido a absolvição de Renan. Ele ponderou que só seria possível atribuir responsabilidades se os senadores assumissem publicamente o seu voto.

– A decisão da bancada do PT foi de que poderíamos votar de acordo com a nossa convicção e consciência. Eu só posso responder pelo meu voto, que foi sim – explicou.

Suplicy disse respeitar a decisão do Plenário, mas admitiu ainda não ter se convencido dos argumentos de Renan contra a acusação de quebra de decoro.